

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Crédito para Agricultura Familiar

Período de Análise: 01/12/2013 a 31/12/2013

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiária: Yohanan Barros

Índice

Seminário reúne propostas para ampliação do acesso ao crédito entre as mulheres – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 04/12/2013	3
Banco da Amazônia libera R\$ 550 mil para produtores rurais de Rondônia – O Globo, Economia. 04/12/2013	4
Conab e BNDES apóiam agricultores familiares da Bahia – Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 05/12/2013	4
Dirigentes sindicais solicitam PAC da agricultura familiar à ministra Gleisi durante Congresso. Aline Eberhard – Site da Federação Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF). 10/12/2013.....	5
Pouco se sabe da produção rural familiar. Tarso Veloso – Valor Econômico, Agronegócios. 10/12/2013	6
Volume de contratação de crédito do Pronaf caminha para novo recorde, anuncia Pepe Vargas. Rui Pizarro – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 12/12/2013.....	7
Balanço 2013: PAA atende 2 mil pessoas em Goiás – Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 23/12/2013.....	8
PAA: R\$ 29 milhões serão pagos diretamente aos agricultores familiares neste mês de dezembro – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 24/12/2013	9
Compra de produtos da agricultura familiar a merenda movimentou R\$ 360 mi. Sarah Fernandes – Site do MST. 25/12/2013.....	10
Agricultores familiares poderão sanar suas dívidas – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 30/12/2013	13
Decretos autorizam descontos e perdão de dívidas rurais. Luci Ribeiro – O Estado de São Paulo, Economia. 30/12/2013	14
Governo perdoo 80% da dívida de 203 mil famílias de assentados e agricultores familiares. Evandro Éboli – O Globo, País. 30/12/2013.....	15

Seminário reúne propostas para ampliação do acesso ao crédito entre as mulheres – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 04/12/2013

O Seminário Mulheres Rurais e Crédito chegou a sua reta final, nesta quarta-feira (4), com um dia dedicado à definição de metas para o próximo ano e a troca de experiências entre as participantes. O evento contou com representantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), dos agentes financeiros – bancos e cooperativas de crédito -, dos movimentos sociais e de lideranças das mulheres rurais. O encontro é promovido pela Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais do MDA e faz parte das atividades do Programa Regional da Reunião Especializada da Agricultura Familiar do Mercosul (Reaf). O Seminário teve como objetivo ampliar o diálogo entre mulheres rurais, Governo Federal e agentes financeiros na busca de soluções para ampliação do acesso ao crédito, permitindo o fortalecimento da autonomia e a inclusão produtiva das trabalhadoras e suas organizações.

Para a coordenadora-geral de Organização Produtiva e Comercialização do MDA, Renata Leite, o encontro atingiu a todas as expectativas. “É a primeira vez que conseguimos reunir, neste ano, as entidades financiadoras e as mulheres rurais para discutir o acesso ao crédito. Todos debateram, participaram dos grupos e aprofundaram os temas, o que foi bem produtivo”, atentou ao lembrar que o seminário teve como propósito definir encaminhamentos para um plano de ação a ser executado.

O painel: Mulheres no Pronaf – Experiências apresentou casos exitosos de mulheres e organizações produtivas que acessaram linhas de crédito, em especial o Pronaf Mulher, assim como relatos de entidades de crédito que apoiaram empreendimentos desse tipo. As experiências compartilhadas possibilitaram uma real noção da viabilidade e importância do Pronaf Mulher para a Agricultura Familiar, além de levar a uma reflexão sobre a relação entre bancos e as trabalhadoras, servindo como tema para a discussão nos trabalhos em grupo.

Os grupos de trabalho reuniram propostas para a elaboração de um plano de ação para 2014. Entre as sugestões estão: a criação, por parte dos bancos, de um plano de comunicação sobre o crédito para mulheres rurais direcionado às agências, funcionários e ao público da agricultura familiar; a definição de um espaço permanente para a discussão do crédito; a assistência técnica contínua, atendendo às especificidades de cada região, com a valorização do saber tradicional dos agricultores e agricultoras e o debate sobre a concessão; o uso da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), onde as famílias podem decidir se optam pela forma individual ou compartilhada.

No encontro, também foi sugerido que o Pronaf seja uma linha de crédito diferenciada, onde os riscos dos empréstimos sejam assumidos pela União. A definição de metas relacionadas ao Pronaf Mulher nas instituições financeiras, bem como a instituição do crédito como política pública e direito garantido das agricultoras, com um diálogo direto com a Ater, foram outros pontos destacados. Os grupos propuseram, ainda, reformulação das Cirandas do Pronaf; novas oficinas e cursos de capacitação sobre

crédito, Pronaf Mulher e agroecologia para funcionários dos bancos, técnicos e mulheres rurais; inclusão nos editais das Chamadas Públicas de Ater de item sobre a necessidade da divulgação, pelos técnicos, das políticas públicas com destaque para a DAP; ampliação do fomento para empreendimentos de mulheres que praticam a agroecologia; e apoio a implementação do microcrédito orientado por mais agentes financeiros.

“Trouxemos algumas experiências que comprovaram que é possível o Pronaf Mulher. As representantes das mulheres e as instituições financeiras viram o Pronaf Mulher se concretizando. Isto foi muito importante e deu resultado. Agora a perspectiva é trabalhar, no próximo ano, as propostas encaminhadas pelo seminário”, assinalou a coordenadora-geral de Organização Produtiva e Comercialização do MDA.

Banco da Amazônia libera R\$ 550 mil para produtores rurais de Rondônia – O Globo, Economia. 04/12/2013

O Banco da Amazônia liberou R\$ 550 mil para produtores rurais da cidade de Corumbiara, em Rondônia, por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). A Emater de Rondônia encaminhou o pedido dos recursos e, agora, acompanha a utilização.

Os recursos foram liberados para reformas de curral, construção de cercas, aquisição de matrizes leiteiras, motos com carretinhas e veículo utilitário.

Segundo a gerente regional da Emater-RO, Enoelma Nunes, a intenção é estimular os agricultores familiares do município a permanecerem no campo e a diversificarem os cultivos.

Conab e BNDES apóiam agricultores familiares da Bahia – Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 05/12/2013

Pequenos agricultores do centro e sul da Bahia receberão R\$ 126 mil para investimentos em maquinário e outras melhorias para auxiliar no escoamento da produção. Os recursos, não reembolsáveis, serão repassados pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a quilombolas, indígenas e mulheres.

Os acordos de colaboração financeira, assinados esta semana com três associações, fazem parte da I Chamada Pública de fortalecimento social e econômico de organizações produtivas rurais de base familiar. A ação selecionou, em 2013, projetos que fornecem alimentos para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) ou para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), ou que operem a Política de Garantia de Preço Mínimo dos Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio).

As associações que tiveram seus termos assinados são a Associação Quilombola da Comunidade do Brejo Grande de Ituberá, em Ituberá; a Associação de Mulheres Unidas em Ação (AMUA), em Seabra; e a Associação dos Índios Tupinambás da Serra do Padeiro, em Buerarema. Ao todo, serão beneficiados 176 produtores da região.

A Associação Quilombola da Comunidade do Brejo Grande de Ituberá, que reúne 80 produtores, irá receber R\$ 50 mil para compra de um automóvel e de uma motocicleta para o transporte de produtos, além de embalagens e rótulos para as mercadorias. A Associação de Mulheres Unidas em Ação, que congrega 31 associadas, receberá R\$ 26 mil para montar uma cozinha especial para produção de bolos e derivados da mandioca. E a Associação dos Índios Tupinambás da Serra do Padeiro, em Buerarema, que conta com 65 produtores, receberá R\$ 50 mil para compra de um automóvel e de uma roçadeira.

Novo edital

O segundo edital de chamada pública relativo ao Acordo de Atuação Conjunta entre Conab e BNDES foi anunciado na última semana, na Ilha de Marajó. O edital, que será publicado nos próximos dias, prevê duas faixas de apoio: uma de R\$ 70 mil, destinada apenas a produtores familiares de base agroecológicas e a associações e cooperativas formadas exclusivamente por mulheres; e outra de R\$ 50 mil, voltada para os demais interessados.

Nesta segunda chamada, os recursos estão veiculados à quantidade de beneficiários que o projeto irá atender. Os recursos devem ser aplicados para solucionar gargalos operacionais das organizações produtivas, permitindo expandir suas atividades, aprimorar as condições de trabalho no meio rural e proporcionar ampliação da renda dos produtores.

Dirigentes sindicais solicitam PAC da agricultura familiar à ministra Gleisi durante Congresso. Aline Eberhard – Site da Federação Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF). 10/12/2013

Os dirigentes sindicais da FETRAF-SUL/CUT, FETRAF-BRASIL e FETRAF-PARANÁ solicitaram à ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, a criação do PAC da Agricultura Familiar.

Os dirigentes sindicais da FETRAF-SUL/CUT, FETRAF-BRASIL e FETRAF-PARANÁ solicitaram à ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, a criação do PAC da Agricultura Familiar. A solicitação foi feita durante o encerramento do Congresso da Agricultura Familiar do Paraná, no município de Francisco Beltrão – PR. A ministra também recebeu um documento solicitando a implantação de uma unidade da Embrapa na região sudoeste paranaense.

O Congresso da Agricultura Familiar do Paraná iniciou no dia 04 de dezembro e finalizou nesta sexta-feira, com a presença de centenas de agricultores familiares paranaenses e da ministra Gleisi Hoffmann. O coordenador da FETRAF-BRASIL, Marcos Rochinski, em seu discurso, solicitou a criação do PAC da Agricultura Familiar e a ministra Gleisi afirmou ser necessário esse investimento na categoria que gera desenvolvimento e alimento para o Brasil.

Gleisi elogiou a iniciativa das Federações e parabenizou pela criação da entidade no Estado. “Sou fã desta entidade que representa os agricultores familiares e que luta por políticas públicas que melhoram o meio rural”, disse a ministra. Ela citou ainda as conquistas que a agricultura familiar obteve com a luta, como por exemplo, o Pronaf, Seguro da Agricultura Familiar, aposentadoria e a licença maternidade para as agricultoras e a habitação rural.

O coordenador da FETRAF-PARANÁ, Neveraldo Oliboni, ressaltou em seu discurso as necessidades da agricultura familiar levantadas pelos congressistas nos três dias de evento. “Além do PAC da Agricultura Familiar, precisamos de investimentos para a melhoria das estradas do interior, políticas públicas que envolvem a permanência dos jovens no campo e o desenvolvimento do meio rural”, finalizou Oliboni.

Após a participação no Congresso da Agricultura Familiar do Paraná, a ministra Gleisi Hoffmann, realizou a entrega de máquinas do Programa de Aceleração do Desenvolvimento para os municípios paranaenses.

Pouco se sabe da produção rural familiar. Tarso Veloso – Valor Econômico, Agronegócios. 10/12/2013

O governo tem comemorado o aumento de recursos destinados à agricultura familiar, que em dez anos cresceram oito vezes. Na safra 2002/2003, foram oferecidos R\$ 5,4 bilhões e contratados R\$ 2,2 bilhões. Na safra passada, o valor anunciado, de R\$ 18 bilhões, teve de ser complementado e as contratações somaram R\$ 18,6 bilhões. Mas o resultado desses investimentos na produção e produtividade é desconhecido.

Nem a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) nem o Ministério de Desenvolvimento Agrário têm levantamentos atualizados sobre os produtores agrícolas familiares. O primeiro e último dado oficial disponível sobre a produção familiar foi divulgado no Censo Agropecuário de 2006 do IBGE.

Apesar da falta de acompanhamento da produção por parte do governo, o volume de recursos e as condições de crédito foram melhorados nos últimos anos - os juros, por exemplo, caíram de uma faixa de 1,5% a 7,5% na safra 2003/04 para 0,5% a 2% atualmente. A inadimplência do Pronaf é de 2% e o crédito está presente em cerca de 96% dos municípios do país.

Volume de contratação de crédito do Pronaf caminha para novo recorde, anuncia Pepe Vargas. Rui Pizarro – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 12/12/2013

Durante balanço feito na manhã desta quinta-feira (12) sobre as conquistas e avanços registrados pela agricultura familiar em 2013, o ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA), Pepe Vargas, anunciou que nos primeiros cinco meses do ano safra 2013/2014 o volume de contratações de crédito feitas pelos trabalhadores e cooperativas rurais pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) é 33% maior do que o registrado em igual período do ano anterior.

“No ano safra passado, 2012/2013, já tivemos a satisfação de bater uma importante marca: havíamos anunciado R\$ 18 bilhões para o Pronaf da Agricultura Familiar e tivemos a contratação de R\$ 18,6 bilhões”, assinalou.

Ainda segundo Pepe Vargas, apesar de 2014 ser considerado um ano “curto” devido à realização, no País, da Copa do Mundo de Futebol e das eleições, o MDA dará continuidade a muitas ações de destaque iniciadas este ano e, em especial, no primeiro semestre de 2014, às comemorações do Ano Internacional da Agricultura Familiar.

As declarações foram feitas na abertura da última reunião que o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf) - do qual o ministro é presidente - realiza este ano. O encontro acontece até o fim da tarde desta quinta-feira (12) no edifício-sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em Brasília.

Balanço

Na avaliação do ministro, 2013 foi um ano “intenso” e de muitas ações positivas. Uma delas foi a elaboração, “com a participação da sociedade civil”, do Plano Safra Semiárido. “Pela primeira vez na história, foi criado um plano safra para uma região e um bioma específicos do Brasil, como é o semiárido nordestino”, afirmou.

Outros destaques, de acordo com Pepe Vargas, foram a realização da 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (CNDRSS) e o lançamento do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, conhecido como Plano Brasil Agroecológico. “Pela primeira vez na história temos um plano envolvendo um conjunto de órgãos e ministérios na execução de uma política que fortaleça a produção orgânica e o consumo de produtos agroecológicos”, sublinhou.

“Também tivemos a elaboração e o envio ao Congresso Nacional da criação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater). E que deverá ser sancionada pela presidenta nos próximos dias. Também modificamos e aperfeiçoamos, com redução de taxa de juros, o Plano Nacional de Crédito Fundiário. E qualificamos o processo de obtenção de terras na reforma agrária, fazendo com que as terras desapropriadas sejam precedidas de um estudo de capacidade de renda do futuro assentamento”, enumerou o ministro.

Pepe Vargas incluiu, dentre as realizações de 2013, a medida provisória que será encaminhada ainda este mês e que muda a forma de financiamento para os assentados da reforma agrária. “Inicialmente, o agricultor terá direito a uma transferência não reembolsável visando não só a instalação no assentamento novo, mas, também, o início da produção para a subsistência e em seguida, de uma produção de excedentes para comercialização no PAA e Pnae”, explicou.

A partir daí, acrescentou o ministro, o assentado poderá ter acesso a um microcrédito orientado por meio já de operações com o sistema financeiro e com os bancos e liberação, em seguida, de acesso às linhas normais do Pronaf.

Condraf

Na reunião do Condraf que acontece hoje, o assunto principal é o balanço da 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (CNDRSS), realizada pelo MDA em outubro deste ano, em Brasília. “Depois do pronunciamento do ministro e do balanço da conferência, na parte da manhã, reservaremos a tarde para entrar no trabalho de construção do Plano Nacional de Desenvolvimento Rural que nós pretendemos aprovar em março de 2014”, informou o secretário-executivo do Condraf, Roberto Nascimento.

Balanço 2013: PAA atende 2 mil pessoas em Goiás – Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 23/12/2013

Cerca de 2,3 mil pequenos agricultores de Goiás foram beneficiados, em 2013, pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Foram investidos cerca de R\$ 12 milhões na compra de 2 mil toneladas de produtos como arroz, feijão, fubá, farinha de mandioca, açúcar, óleo de soja, macarrão e leite em pó.

Os alimentos se destinam tanto à formação de estoques quanto à doação para comunidades em situação de insegurança alimentar, entidades de assistência social e escolas da região na qual os alimentos foram produzidos. Em 2013, foram doadas cestas básicas para 35 mil famílias, em 112 municípios. Os recursos são provenientes do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Vendas em Balcão

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) vendeu 2 mil toneladas de milho aos pequenos produtores de Goiás em 2013. Foram 375 atendimentos, referentes ao Programa de Vendas em Balcão (ProVB). Já no primeiro semestre deste ano, a ação havia comercializado 800 toneladas do grão, um pouco mais que o dobro do referente aos anos de 2011 e 2012.

PAA: R\$ 29 milhões serão pagos diretamente aos agricultores familiares neste mês de dezembro – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 24/12/2013

Em cinco meses de execução na nova forma de operação, o Programa de Aquisição de Alimentos já repassou mais de R\$ 40 milhões em recursos depositados diretamente na conta bancária do agricultor familiar

Brasília, 24 – Agricultores familiares que fornecem para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), irão receber, neste mês de dezembro, valor que totaliza mais de R\$ 29 milhões do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Ao todo, mais de 12 mil agricultores familiares de 116 municípios de vários estados do país receberão os recursos referentes à entrega de produtos, diretamente em suas contas bancárias.

Confira evolução dos pagamentos por meio da nova forma de operacionalizar o PAA:

Folhas de Pagamento Registradas		
Data do Fechamento	Valor da Folha	Status da Folha
19/06/2013	R\$ 2.030,00	Pagamento Efetivado
12/08/2013	R\$ 263.239,98	Pagamento Efetivado
17/09/2013	R\$ 459.131,00	Pagamento Efetivado
08/10/2013	R\$ 1.148.860,63	Pagamento Efetivado
16/10/2013	R\$ 2.284.900,74	Pagamento Efetivado
14/11/2013	R\$ 6.886.816,62	Pagamento Efetivado
17/12/2013	R\$ 29.421.267,44	Pagamento efetivado

Os valores referentes à folha de pagamento de dezembro estarão disponíveis para saque no próximo dia útil.

Novo Sistema - Graças à parceria firmada com o Banco do Brasil, no novo sistema de gestão do PAA Compra com Doação Simultânea, o pagamento é feito diretamente na conta do agricultor familiar, que faz o saque nos terminais do Banco do Brasil por meio de um cartão magnético – individual e específico do PAA– que pode ser utilizado também para pagamentos em débito automático.

Além da agilidade no repasse dos recursos do Ministério diretamente para o agricultor familiar que fornece ao PAA, o novo sistema conta com uma série de mecanismos de

controle que garantem maior segurança na operacionalização, pois permitem verificar, antecipadamente, a documentação de cada produtor, além de inserir e acompanhar os pagamentos aos produtores simultaneamente, de forma on line.

Todo projeto aprovado é acompanhado por, pelo menos, uma organização de controle social local, como os Conselhos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional (Comseas). Para o secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Arnoldo de Campos, a nova forma de operacionalizar o programa tem garantido agilidade e melhora na gestão do programa. “Isso se traduz em maior transparência e melhor fiscalização do uso dos recursos públicos voltados ao fortalecimento da agricultura familiar e à promoção da segurança alimentar e nutricional do nosso país”, finaliza.

Compra de produtos da agricultura familiar a merenda movimentada R\$ 360 mi. Sarah Fernandes – Site do MST. 25/12/2013

Da RBA

A compra de produtos da agricultura familiar para serem usados na merenda escolar movimentou pelo menos R\$ 360 milhões em 2012, de acordo com dados preliminares do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) publicados este mês.

Ao todo, pelo menos 80% dos municípios brasileiros adquiriram produtos da agricultura familiar para uso na alimentação escolar. Metade deles atingiu a meta prevista na Lei 11947, de 2009, que determina que pelo menos 30% do montante repassado aos municípios pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para compra de merenda seja direcionado para pequenos produtores.

“É um montante que ainda tem que crescer bastante, mas por ser uma fase inicial de implantação da lei consideramos que houve uma evolução significativa. É um volume grande de recursos que passa a circular nos municípios”, avalia o coordenador de Comercialização da Secretaria da Agricultura Familiar do MDA, Pedro Bavaresco.

Os estados que mais compram merenda da agricultura familiar são Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Rio Grande do Norte, Santa Catarina, Paraná e Sergipe, segundo os dados do ministério. De acordo com Bavaresco, eles saem na frente devido à maior organização dos agricultores, que conseguem mais estrutura para abastecer os municípios e para pressionar as prefeituras a cumprir a lei.

Pela legislação, o FNDE repassa anualmente aos estados e municípios recursos para compra de alimentos para as escolas da rede pública de acordo com o número de matrículas, levantado pelo Censo Escolar do ano anterior. As secretarias estaduais e municipais de Educação devem utilizar pelo menos 30% desse montante em produtos da agricultura familiar, por meio de chamadas públicas, sem necessidade de licitação.

O agricultor interessado deve encaminhar um projeto de venda, comunicando o interesse em fornecer o alimento e explicitando a periodicidade e a logística. A prioridade deve ser para fornecedores do próprio município, assentados de reforma agrária, comunidades quilombolas e indígenas.

“O recurso ia do governo federal para o município, que fazia uma licitação e não necessariamente ganhava alguém da região. Antes, esse dinheiro só passava pelo município e saía. Agora, boa parte dele passa a circular no mercado local, o que contribui para a sua dinamização”, avalia o coordenador.

“Esse recurso que os agricultores recebem será usado, por sua vez, também para compra no mercado local. Ele vai circular no município, gerando inclusive mais impostos”, continuou. “Além do que, esses produtos tendem a ser mais saudáveis, por serem in natura, sem grandes processamentos e sem conservantes.”

Gargalos

Pela apuração do Ministério do Desenvolvimento Agrário, alguns entraves impediram que o fornecimento dos pequenos produtores fosse ainda maior. A seca que castigou a região Nordeste foi um deles, que “reduziu muito a oferta de produtos”, segundo Bavaresco. “Houve também mudança de gestores municipais em 2013 e supomos que isso influencie, pois a operacionalização fica prejudicada até eles tomarem pé da situação.”

A principal dificuldade, porém, é jurídica. Em muitos municípios, os responsáveis pela aquisição dos alimentos tomam como base a Lei 8666, de 1993, que rege a compras públicas por licitações. “Apesar das duas leis terem a mesma hierarquia, alguns municípios entendem que comprar por licitação permite qualquer empresa participar. Em geral os agricultores familiares não têm know-how para esse tipo de concorrência”, explica.

A diretora do Departamento de Alimentação Escolar da prefeitura de São Paulo, Erika Fischer, concorda. “No final das contas, a interpretação jurídica tende a ser conversadora e apostar mais na economicidade gerada pela lei 8666. Ela não admite que eu pague mais caro, mas a intenção da Lei 11947 é justamente permitir que eu pague mais.”

Para superar a resistência, o Ministério do Desenvolvimento Agrário decidiu, na última segunda-feira, que realizará uma série de reuniões com gestores municipais em 2014 para esclarecer a diferença entre as leis. Além disso, o órgão tem exigido que instituições contratadas para prestar assistência técnica nos municípios orientem os gestores sobre como implantar a lei.

“Temos ainda um trabalho mais específico com cooperativas, que iniciamos neste ano. Acompanhamos 400 organizações em 13 estados para qualificá-las a atender todas as exigências legais e sanitárias para comercializar produtos para alimentação escolar. Em 2014 serão mais dois estados”, contou Bavaresco.

O município de São Paulo segue o mesmo caminho. Em 5 de novembro foi realizada uma grande reunião com cooperativas do estado de São Paulo, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Tribunal de Contas do Município e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para debater as dificuldades enfrentadas pelos agricultores.

“Nossa ideia é construir em conjunto. O tribunal tem se mostrado bastante receptivo a pelo menos a interpretar uma possibilidade diferente do que está acostumado. Há uma vontade de conversar que não havia”, conta Érika.

Os desafios da grande cidade

Depois de dois anos sem cumprir a legislação, o município de São Paulo realizou em 2013 as primeiras entregas de produtos provenientes de agricultura familiar. Ao todo, foi realizada uma compra de suco de laranja e três compras de arroz, uma delas fechada em 2012, ainda na gestão de Gilberto Kassab (PSD), e entregue neste ano.

A rede municipal de São Paulo conta com 936.432 alunos. Metade deles realiza cinco refeições na escola por dia. “Você imagina o perfil dos meus fornecedores: são grandes empresas, editais e regras complicadas e uma série de laudos para testar qualidade. Tudo é medido em toneladas, até o orégano. Comprar da agricultura familiar pressupõe que esses agricultores vão estar devidamente organizados e maduros para oferecer nesse contexto”, diz Érika.

Em 2013, o valor que deveria ser destinado para os pequenos produtores pela prefeitura de São Paulo era de R\$ 27 milhões. Apenas R\$ 6 milhões foram usados para esta finalidade. “Uma das dificuldades é identificar quem são os fornecedores capazes de atuar em um mercado tão complexo. A lei disse que eu tenho que privilegiar as famílias da região, os assentados da reforma agrária e quilombolas, mas praticamente não temos esse perfil na cidade São Paulo”, explica Érika.

A prefeitura iniciou então um mapeamento de cooperativas no entorno do município, com apoio de organizações não governamentais e do MDA, para identificar quais tinham estrutura para abastecer a rede. A partir daí foram realizadas as compras. A última, de 930 toneladas de arroz branco integral, foi fechada em outubro, proveniente da Cooperativa dos Trabalhadores Assentados na Região de Porto Alegre (Cootap).

Ela vai beneficiar 1.400 famílias ligadas à cooperativa. Delas 522 trabalham diretamente com o cultivo de arroz orgânico. “São todos assentados da reforma agrária, com propriedade de no máximo 10 hectares. Muito pequeninhas”, conta um dos coordenadores da Cootap, Nelson Krupiski. “Foi uma das vendas mais consideráveis do período em função do volume e da estratégia de comercialização.”

A cooperativa já vende produtos para a merenda escolar para 19 prefeituras de São Paulo e mais 30 do Rio Grande do Sul. Ela tem estrutura para produção, processamento e comercialização da produção.

“Nosso principal produto é o arroz. Mas também produzimos leite e leite em pó, feijão e hortaliças. São mil famílias com hortas, comercializando com feiras, mercados e prefeituras”, diz Krupiski. “Com esse esforço coletivo, os resultados são muito positivos, principalmente se compararmos a realidade do assentamento hoje com a de dois anos atrás.”

Previsão para o ano de 2014

No ano que vem, a prefeitura de São Paulo planeja ampliar as aquisições da cidade, tentando atingir pelo menos 15% dos 30% previstos na lei. O orçamento encaminhado pelo FNDE para compra na agricultura familiar será de pelo menos R\$ 30 milhões em 2014.

Uma das estratégias para atingir a meta é uma parceria fechada com os 400 agricultores familiares da Cooperativa Agricultura Orgânica de Parelheiros (Cooperapas), para que a partir de março eles abasteçam com hortaliças nove escolas da região da Capela do Socorro.

Os agricultores vão realizar as entregas durante todo ano, duas vezes por semana, mesma periodicidade dos outros fornecedores. “Quando o grande produtor estiver entregando tomate, beterraba e banana, vai chegar também um caminhãozinho da zona sul, entregando alface, rúcula...”, planeja Érika. “É um projeto ousado. Resolvemos fechar essa parceira porque são produtos da cidade de São Paulo e porque o potencial pedagógico dessa medida é imenso. Podemos levar a criança para a horta e convidar o produtor para ir a escola.”

Outra estratégia é aumentar o portfólio de produtos paulistas na merenda, incluindo novos alimentos no cardápio. “Serão barras de doce de banana, farinha de mandioca e mandioca descascada, que são produzidas próximas a cidade. Eu já sei onde elas estão. Agora vai depender da chamada pública”, diz Érika. “Vou fazer ainda uma visita aos quilombos do Vale do Ribeira para estudar e entender o que eles estão produzindo lá, porque queremos realizar uma compra de banana no começo do ano e este é um dos produtos da região.”

Agricultores familiares poderão sanar suas dívidas – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 30/12/2013

O Governo Federal autorizou, nesta segunda-feira (30), por meio do decreto nº 8.178, de 27 de dezembro de 2013, a concessão de rebate de até 65% sobre as dívidas das operações de crédito rural de investimento e custeio que estavam em situação de inadimplência até o dia 22 de novembro de 2011. Essas operações fazem parte do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Programa de Geração de Emprego e Renda Rural Familiar (Proger Rural Familiar).

A regra valerá para as operações do Pronaf contratadas até 30 de junho de 2008 e do Proger Rural Familiar contratadas entre 26 de junho de 2003 e 28 de junho de 2004, cujo saldo devedor atualizado é de até R\$ 10 mil em 30 de dezembro de 2013. O rebate será de até 65%, limitado a R\$ 1.750 por operação.

As operações do Pronaf são as de custeio e de investimento, bem como as operações do Grupo B - linhas de investimento para Sistemas Agroflorestais (Pronaf Floresta), convivência com o semiárido (Pronaf Semiárido), Mulheres (Pronaf Mulher) e Jovens (Pronaf Jovem).

O prazo para quitação das operações beneficiadas vai até 31 de dezembro de 2014. O saldo devedor deve ser recalculado até a data do pagamento, sem a incidência do bônus de adimplência contratual, sem multa ou quaisquer outros encargos.

O valor médio das operações inadimplentes, contratadas desde o início do Programa até 30 de junho de 2008, é de R\$ 2.804,68, o que reforça a afirmação de que os agricultores de menor renda é que não conseguiram honrar seus compromissos.

O número de operações de crédito contratadas até 30 de junho de 2008, de até R\$ 10 mil de valor contratado e que não quitaram seus contratos nas datas marcadas, é de 472.749. Deste total, 247.334 são do Grupo B, o que representa 52,2%.

Com a medida, o Governo Federal reabre a oportunidade para que até 263 mil unidades familiares de produção de baixa renda voltem a contratar financiamentos do Pronaf.

Crédito do Pronaf

O crédito rural do Pronaf foi instituído em 1995. O número de contratos e de agricultores familiares que acessam os financiamentos cresce a cada ano. Há, atualmente, mais de 3,5 milhões de contratos, para mais de 2,5 milhões unidades familiares de produção que usam financiamentos rurais. O crédito do Pronaf é utilizado por agricultores de mais de 96% dos municípios brasileiros e se constitui na política mais abrangente de apoio aos agricultores familiares, atendendo unidades familiares de produção de todos os níveis de renda.

Decretos autorizam descontos e perdão de dívidas rurais. Luci Ribeiro – O Estado de São Paulo, Economia. 30/12/2013

O Diário Oficial da União (DOU) desta segunda-feira traz três decretos voltados para a liquidação de dívidas do produtor rural do País. O primeiro deles, Decreto 8.177, autoriza a concessão de rebate de até 80% do saldo devedor atualizado para liquidação das operações de crédito rural de investimento e custeio contratadas até dezembro de 2010 no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). A norma também autoriza concessão de bônus de adimplência de 50% para os produtores do Norte e Nordeste e de 45% para as demais regiões.

O Decreto 8.178 autoriza a concessão de rebate de até 65%, limitado a R\$ 1.750,00, sobre o saldo devedor atualizado para liquidação das operações de crédito rural de investimento e custeio no âmbito do Pronaf e do Programa de Geração de Emprego e Renda Rural Familiar (Proger Rural Familiar).

O terceiro decreto, de número 8.179, regulamenta o artigo 8º da Medida Provisória 636, publicada na semana passada para perdoar ou facilitar a liquidação de dívidas de famílias assentadas pela reforma agrária. "Ficam remetidas as operações de crédito rural ao amparo do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (Propera), contratadas com recursos do Orçamento Geral da União, repactuadas ou não, cuja soma dos saldos devedores por mutuário, em 27 de dezembro de 2013, seja de até R\$ 10 mil", diz o texto, que ainda estabelece as condições para execução da medida.

Governo perdoa 80% da dívida de 203 mil famílias de assentados e agricultores familiares. Evandro Éboli – O Globo, País. 30/12/2013

Medida permite que inadimplentes, maior parte no Norte e Nordeste, voltem a acessar crédito rural se arcarem com débitos

BRASÍLIA - Decreto da presidente Dilma Rousseff, publicado nesta segunda-feira no "Diário Oficial", concede perdão de 80% das dívidas dos agricultores familiares e assentados do Programa Nacional de Fortalecimento de Agricultura Familiar (Pronaf), dos grupos A e A/C. Essas dívidas foram contraídas entre 1999 e 2010 e a concessão vale para aqueles que procurarem o governo para renegociar suas dívidas. A medida irá beneficiar 203 mil famílias. O valor do débito é de R\$ 2,4 bilhões.

O restante da dívida poderá ser renegociado com desconto de até 50% no saldo devedor dos assentados e agricultores das regiões Norte e Nordeste. Nas outras regiões, esse rebate será de 45%. Para terem direito a esse desconto, os produtores terão de pagar a parcela da dívida no dia do vencimento.

O governo também renegociará dívidas do Pronaf C/D e E, contratadas até 2008. Neste caso, será concedido desconto de até 65% sobre o saldo devedor de até R\$ 10 mil. Serão beneficiados 512 mil agricultores, dos quais 145 mil assentados. Essas operações chegaram a R\$ 1,4 bilhão.

Nos dois casos, a metodologia, prazos e demais condições para a liquidação das dívidas serão definidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

O presidente do Instituto Nacional de Criminalização e Reforma Agrária (Incra), Carlos Mário Guedes de Guedes, afirmou que o endividamento dos agricultores virou um gargalo na qualificação e produção dos assentamentos no país.

— A produtividade e a produção estavam sendo afetadas pela dificuldade de novos financiamentos para aumentar a área plantada. É um diagnóstico feito ao longo do

tempo. Áreas importantes de assentamentos, como no cerrado, no Mato Grosso e no Centro-Sul, estavam com problemas — disse Carlos Guedes.

O presidente do Incra afirmou ainda que os agricultores buscavam alternativas de financiamento, mais caras que o crédito rural.

— Virou uma bola de neve para o agricultor — disse, que avalia essa renegociação como uma saída para os assentados e pequenos agricultores.

— Acertando suas dívidas voltarão a ter acesso a uma linha de crédito absolutamente favorável, com juros até negativos se comparados com a inflação. Tudo isso para que voltem a produzir numa escala de produtividade maior.

Carlos Guedes aposta numa alta adesão dos agricultores endividados na renegociação anunciada pelo governo.

— O que estamos oferecendo é um comprometimento que cabe no bolso do agricultor. Com a renegociação eles voltarão para o mercado de crédito oficial e não para outras fontes que acabam encarecendo o custo da produção. Assim poderão produzir mais tanto para os mercados governamentais (Conab) como também para as indústrias e agroindústrias.

A presidente Dilma destinou este ano para a reforma agrária 193 mil hectares de terra, em 16 estados. Foram decretadas cem áreas, destinadas a esse programa. O Incra irá investir, em 2014, R\$ 267,1 milhões na indenização desses imóveis. Levantamento feito pela Diretoria de Obtenção de Terras do Incra, estudo que resultou nos decretos, apontou a utilização, em média, de apenas 22,2% das áreas utilizáveis dos imóveis. Em 50 deles não havia qualquer atividade produtiva desenvolvida pelos proprietários.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrgio,
Georges Flexor, Jorge Romano, Karina Kato,
Lauro Mattei, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado,
Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

Assistentes de Pesquisa

José Renato S. Porto, Valdemar João Wesz Junior

Secretária

Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa